

A CONTRIBUIÇÃO DE “A TERRA E O HOMEM DO NORDESTE” (1963), DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE, À GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA

THE CONTRIBUTION OF “THE MAN AND THE LAND IN NORTHEAST” (1963), BY MANUEL CORREIA DE ANDRADE, TO BRAZILIAN AGRARIAN GEOGRAPHY

LA CONTRIBUCIÓN DE “LA TIERRA Y EL HOMBRE EN EL NORESTE” (1963), DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE, A LA GEOGRAFÍA AGRARIA BRASILEÑA

João Marcellus Amorim Barbosa¹ <https://orcid.org/0000-0002-0520-0883>

Cláudio Ubiratan Gonçalves² <https://orcid.org/0000-0002-0777-4506>

RESUMO

Entre a chegada do curso de Geografia no ensino superior brasileiro e a atualidade, um longo caminho foi trilhado, preenchido pela contribuição de diversos autores e suas obras, muitas das quais marcaram profundamente suas épocas. Uma delas, extremamente importante no contexto da produção nacional e indispensável quando se fala especificamente da Geografia Agrária, é “A Terra e o Homem do Nordeste” (1963), de Manuel Correia de Andrade. O autor pernambucano, responsável por uma rica produção dentro da academia, em sua mais famosa obra, representou um marco no estudo sobre a questão agrária no nordeste e uma virada na forma de se encarar e trabalhar a questão agrária no Brasil. Este texto busca refletir quanto a contribuição dessa célebre obra do autor pernambucano para os estudos sobre a realidade agrária brasileira, assim como seu impacto na forma de se pensar e entender esse universo rural dentro da academia.

Palavras-chave: Pensamento geográfico. Epistemologia. Rural.

ABSTRACT

Between the arrival of the Geography course in Brazilian higher education and the present day, a long road has been travelled, filled with the contribution of various authors and their works, many of which have profoundly marked their eras. One of them, extremely important in the context of national production and indispensable when talking specifically about Agrarian Geography, is “A Terra e o Homem do Nordeste” (1963), by Manuel Correia de Andrade. In his most famous work, the Pernambucan author, responsible for a rich academic output, represented a milestone in the study of the agrarian question in the northeast and a turning point in the way the agrarian question was seen and worked on in Brazil. This text seeks to reflect on the contribution of this famous work by the author from Pernambuco to studies on the Brazilian agrarian reality, as well as its impact on the way of thinking about and understanding this rural universe within academia.

Keywords: Geographical thought. Epistemology. Rural.

¹ Graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestrando em Geografia pelo PPGEO/Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marcelus.amorim1999@gmail.com

² Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC/UFPE. Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Vice-coordenador do Programa de Pós Graduação em Geografia PPGEO/UFPE. E-mail: biragrario@gmail.com

RESUMEN

Entre la llegada del curso de Geografía a la enseñanza superior brasileña y la actualidad, se ha recorrido un largo camino, repleto de la contribución de diversos autores y sus obras, muchas de las cuales marcaron profundamente sus épocas. Una de ellas, importantísima en el contexto de la producción nacional e indispensable cuando se habla específicamente de Geografía Agraria, es "A Terra e o Homem do Nordeste" (1963), de Manuel Correia de Andrade. En su obra más famosa, el autor pernambucano, responsable de una rica producción en el ámbito académico, representó un hito en el estudio de la cuestión agraria en el Nordeste y un punto de inflexión en la forma de ver y trabajar la cuestión agraria en Brasil. Este texto pretende reflexionar sobre la contribución de esta célebre obra del autor pernambucano a los estudios sobre la realidad agraria brasileña, así como su impacto en la forma de pensar y comprender este universo rural dentro del mundo académico.

Palabras clave: Pensamiento geográfico. Epistemología. Rural.

INTRODUÇÃO

A história da Geografia se confunde com a da humanidade: os conhecimentos e pensamentos geográficos são inerentes à produção do espaço e vitais desde o começo das sociedades. Para pensar sobre essa história, é necessário, portanto, definir uma fração dela para que se possa visualizar e analisar com mais clareza. Aqui, a proposta é definida pela chegada da Geografia no ensino superior brasileiro, na década de 1930 em diante. Nesses quase 100 anos de intervalo, foram inúmeras as contribuições feitas por diversos autores, paradigmas foram levantados e derrubados, novas teorias e métodos surgem e ressurgem conforme o espaço e a sociedade mudam e a ciência se movimenta para tentar acompanhar e dar conta de entender a realidade brasileira.

A geografia agrária sempre ocupou um espaço importante na produção do conhecimento, dada a importância das próprias atividades no rural brasileiro e os impactos na realidade nacional como um todo. Em seu começo, essa parte da geografia tendia a se prender mais às questões técnicas e organizacionais do campo, os arranjos produtivos e seus fluxos de distribuição, além de, claro, os potenciais econômicos dessas atividades. Nesse contexto, o geógrafo Manuel Correia de Andrade teve uma significativa contribuição na nova forma de se pensar o espaço agrário brasileiro, especialmente o do nordeste. O autor tinha uma atenção especial às questões regionais e rurais, defendia uma reforma agrária pensada a partir das características de cada lugar na qual ela seria implementada e enxergava as questões estruturais que perpassam as desigualdades regionais e sociais. Sua mais famosa obra chamou atenção pelo pioneirismo e pela característica de denúncia, uma reflexão histórico-crítica da realidade agrária

da região que era, até então, tida como um problema natural, uma situação sem solução. É considerada um marco por ser uma das primeiras a trazer a abordagem dialética para dentro da geografia agrária e se dissociar de um *status quo* de neutralidade que se encontrava nos estudos.

Com 60 anos de publicação, “A Terra e o Homem do Nordeste” segue como uma obra indispensável no entendimento do espaço agrário nordestino. Mais do que isso, funciona como um dos principais pontos de partida para se entender como se configuram as relações descritas nessa época na atualidade. Manuel Correia de Andrade esmiúça a região Nordeste em suas peculiaridades, através das relações históricas e materiais que construíram sua realidade fundiária. A riqueza de detalhes, o frescor metodológico e o esforço em desmistificar as mazelas sociais de um imaginário nacional para oferecer respostas adequadas à realidade, capazes de vislumbrar meios de transformação deste espaço, fazem com que a obra se mantenha atual e intrigante, até hoje influenciando abordagens e análises.

Este texto tem por objetivo se somar à reflexão conjunta quanto à contribuição de “A Terra e o Homem no Nordeste” no caminhar da Geografia Agrária brasileira. Busca-se entender as singularidades de abordagem e as novidades, tanto em informações quanto em práticas metodológicas, que o fazem tão especial e marcante no conjunto dos estudos agrários e que o tornam uma rica fonte de referências não apenas no momento de seu lançamento, mas até a contemporaneidade, o que o torna um clássico. É um trabalho que herda o caminho trilhado entre os autores durante um projeto de iniciação científica sobre a mesma obra. Para entender não só a obra mas também seu impacto e contribuição, foi necessário a leitura comparativa entre autores que já fizeram reflexões tanto da obra e da trajetória de Manuel como da trajetória da própria geografia agrária brasileira, assim como uma leitura sensível da obra em si, buscando encontrar os elementos dialogados por essas produções, relacionando nossas próprias impressões juntamente a estas reflexões anteriores.

GEOGRAFIA, GEOGRAFIA AGRÁRIA E GEOGRAFIAS

A história da geografia brasileira institucionalizada é parte de um processo geral que influencia toda a América Latina. São pouco mais de 90 anos de existência desde a sua culminância como disciplina na Universidade de São Paulo (USP). Foi instituída através do Decreto 19.851 de 1931, que regulamenta o chamado Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual permitiu a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a primeira a contar com o curso de Geografia, conjunto ao curso de História. Naquele momento, a USP e a atual UFRJ, na época ainda Universidade do Brasil, eram as primeiras universidades nesse formato. Já em

2014, 80 anos depois da fundação do primeiro, eram 161 cursos de licenciatura e 64 de bacharelado em Geografia, distribuídos por todos os estados brasileiros (ROSOLÉM, 2014). É importante, porém, pensar sobre essa história lembrando que a Geografia não pode ser contida apenas no seu formato institucional, mas que ela perpassa a existência e a organização das sociedades humanas, como afirma Moraes (2000). De acordo com o autor, a geografia “emerge em todas as épocas históricas, pois refere-se à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga” (MORAES, 2000, p. 2). Traçar a história da construção da Geografia através do seu caminho acadêmico é a limitação imposta pela própria forma como o conhecimento científico hegemônico se organiza de forma que “As geografias espontâneas do cotidiano e o saber geográfico incrustado em mitos e na literatura ficam de fora dessa orientação, que exprime uma epistemé própria - em termos genéticos - à cultura ocidental” (MORAES, 2000, p.3).

É impossível separar as reflexões geográficas da realidade na qual foram produzidas, pois elas estão necessariamente atreladas às sociedades e aos espaços no qual são gestadas e ao tempo no qual estão inseridas. Ao refletir quanto à importância do elemento temporal no entendimento do discurso geográfico, Moraes (2000) afirma ser impossível não levá-lo em conta na hora de analisar esses discursos, pois eles são “construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemés próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana” (MORAES, 2000, p. 3). A história da geografia agrária brasileira é, portanto, indissociável da história da geografia como um todo. Portanto, acompanha os movimentos e reflexos que essa passou em seu caminhar histórico.

Ferreira (2001) comenta a respeito da gravitação quase inerente à Geografia para os temas do universo agrário, rural, dado o berço de nascimento dessa disciplina como campo do conhecimento científico. Ela afirma que essa concentração dos estudos na temática antes mesmo de uma reflexão profunda sobre o que viria ser uma geografia eminentemente agrária se justifica, pois a “Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, natural” (FERREIRA, 2001, p.41). Paralelamente à produção propriamente voltada para as questões agrárias, foi crucial o movimento de alguns geógrafos de refletir sobre as próprias práticas e o processo de análise da ciência, procurando compreender e melhor identificar quais as especificidades dos estudos em geografia agrária. Como comenta Ferreira (2001), “Alguns geógrafos, além de preocupar-se com o estudo da realidade propriamente dita, efetuaram a discussão e a sistematização teórica desse campo de conhecimento, dentro da Geografia” (FERREIRA, 2001, p. 42).

Em reflexão sobre a formação dos pilares da Geografia Agrária brasileira, Ferreira (2001) identificou certas periodizações que dizem respeito às transformações socioculturais vivenciadas em cada período e a natureza das produções acadêmicas. Enquanto nas primeiras décadas de institucionalização, 1930 e 1940, a divisão que prevalecia era entre a Geografia dita Humana e a Física, gozando a agricultura de um prestígio nos estudos acadêmicos devido à sua importância na realidade material, a partir de 1950, o processo de urbanização e industrialização ganhou centralidade na realidade econômica nacional e conseqüentemente destaque nas análises. A Geografia Agrária da década de 1950 é dita pela autora como “imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica” (FERREIRA, 2001, p. 47).

Quanto à década de 1960, Ferreira (2001) cita os trabalhos de Orlando Valverde em suas obras “A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica”, de 1961, e “Geografia Agrária do Brasil”, de 1964, como demonstração do surgimento do interesse durante a década de 1960 de se “definir como se daria o entendimento geográfico da agricultura ou o pensar geográfico sobre agricultura” (FERREIRA, 2001, p. 51). Bombardi (2008) ressalta a importância em conjunto das obras de Manuel Correia e Orlando Valverde na introdução da dialética marxista dentro da Geografia e considera que “O legado destes autores é realmente indiscutível, sobretudo quando se considera o salto teórico-metodológico dado com relação à geração anterior. Eles formaram a raiz do pensamento crítico posterior” (BOMBARDI, 2008). O próprio Andrade (2010) ressaltou anos mais tarde a importância da discussão trazida por Valverde dado o contexto de uma geografia que buscava a neutralidade, comentando que sua obra de 1961 “desenvolveu considerações sobre os problemas sociais ligados à análise geográfica” (ANDRADE, 2010).

É nessa conjuntura que, em 1963, Manuel Correia de Andrade lança “A Terra e O Homem no Nordeste”, descrito por Medeiros (2010) como “um marco na Geografia Agrária brasileira, pois traz para o debate geográfico questões relativas à propriedade da terra, às relações de trabalho, às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais, às intervenções e às ações políticas” (MEDEIROS, 2010, p.194).

O HOMEM E SUA OBRA: MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Nascido em 1922, o advogado, historiador e geógrafo deixou uma contribuição próxima a 250 livros, artigos, anais e outras produções, além de sua atuação na geografia pernambucana, tanto nos cursos da UFPE e UNICAP, como na FUNDAJ. Durante toda a vida, o autor caminhou por diversas temáticas dentro do espectro da Geografia Humana, com uma dedicação

especial às questões agrárias e regionais. Em suas análises estruturais da sociedade, advogava pela urgência da realização de um projeto de reforma agrária não homogeneizadora, mas apropriada às peculiaridades de cada realidade produtiva da região (ALVES, 2017).

Teve seu primeiro livro, “O Rio Mamanguape”, publicado em 1957 pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais de Recife e, em 1961, fez sua primeira publicação na Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB): “Aspectos geográficos da região de Ubá”, como avulso nº 1 (ANDRADE, 2018). Sua mais famosa obra, “A Terra e o Homem no Nordeste”, veio em 1963; nela, Andrade realizou uma profunda e minuciosa análise regional, desmistificando as condições socioeconômicas de desigualdade para além de discursos apoiados somente em características naturais como causa de um subdesenvolvimento econômico regional (ANDRADE, 1963).

Mais que apenas uma obra dentro da extensa produção do geógrafo, “A Terra e o Homem no Nordeste” é seu trabalho mais célebre e o consolidou um dos pioneiros na área e que

integra um grupo clássico de geógrafos que inicialmente construíram a Geografia Agrária Brasileira, entre eles: Orlando Valverde, Pasquale Petrone, Manoel Seabra e Maria do Carmo Galvão, dentre outros. Estes autores são os responsáveis pelo início da construção da Geografia agrária brasileira. (MAIA, 1995).

A obra “A Terra e o Homem no Nordeste” se destacou entre os estudos da época porque, nele, o “processo histórico considerado como fundamental para a compreensão do espaço agrário e das diferentes relações sociais de trabalho e de produção ali desenvolvidas” (MEDEIROS, 2010). O autor dá atenção às variações entre os processos históricos que se deram em cada parte do Nordeste e procura compreender o

papel que a forma da apropriação da terra e dos recursos naturais, desde a gênese do povoamento até recentemente, desempenham nas relações de produção e de trabalho e como isto tem seu rebatimento na vida das pessoas, notadamente no campo que foi o objeto central de sua análise (NETO, 2010).

Em um momento no qual a Geografia ainda não havia rompido completamente a linha entre descrição e explicação, a obra

se destaca tanto pelo pioneirismo como pela audácia de produzir, já nos anos 1960, uma geografia regional histórico-crítica centrada na denúncia da problemática do desenvolvimento desigual brasileiro, sobretudo das

desigualdades internas, como ele afirmaria, da região Nordeste. (SAQUET, 2011).

A OBRA E SEUS IMPACTOS

Através de uma abordagem que busca abarcar ao mesmo tempo o específico e o geral, Manuel desconstrói o imaginário geográfico generalizado e simplista sob o qual até então era tratada e apresentada a região Nordeste à medida que pinta detalhadamente o complexo quadro resultante de diferentes transformações espaciais ao decorrer do tempo nesse território.

Composta de terras e organizações sociais diferentes, essa região de contraste, como chama o próprio autor, é minuciosamente entendida em suas relações intra regionais, em seus aspectos sociais e econômicos, construídos por séculos de invasão e apropriação da terra pelos europeus e enraizados definitivamente a partir da implantação da monocultura açucareira, que se instala inicialmente nas áreas úmidas litorâneas. A imposição desse projeto se dá com dificuldades e de forma violenta, destruindo os bloqueios que se colocam no território, como a resistência dos povos indígenas, tanto à escravização quanto à própria ocupação de suas terras, visto que as áreas propícias ao cultivo já estavam ocupadas, além da resistência dos povos escravizados vindos principalmente de onde hoje são Costa do Marfim, Angola, Moçambique e Nigéria (IBGE, 2000).

Paralelamente a esse empreendimento inicial de constituição da estrutura agrária, há a vinda de “brancos civilizados”, destinados a operar a parte técnica da produção do açúcar propriamente dito — purgadores, caixeiros dos engenhos, que, com alguns lavradores livres, formavam uma espécie de pequena classe média rural nas terras litorâneas

Guiada em direção contrária ao movimento dos rios, da foz à nascente, as expedições começam a adentrar o interior, o popular “agreste”, sendo a pecuária um dos principais fatores que motivaram essa expansão. Uma atividade intimamente associada ao cultivo de cana, tanto no uso da tração animal nos engenhos, mas também relacionada ao transporte de variados tipos de carga, a contradizia à medida que demandava espaço para que esses animais pudessem pastar.

É no Agreste que surge o outro principal produto do Nordeste colonial: o algodão. Cultivado desde sempre, mas passado um período de menor atenção, voltou a aparecer com força e escala industrial nos séculos XVIII e XIX, dada a introdução da máquina a vapor e o desenvolvimento da indústria têxtil no mundo europeu, além de fatores mais localizados, como a popularização de alguns tecidos mais baratos de produção local, como o “algodãozinho”.

Esses fatores combinados fizeram o algodão permanecer em evidência e dinamizando o mercado até meados de 1940. A cultura do algodão marcou diferencialmente as relações de produções agrestinas, que já se distanciaram das litorâneas. Sua produção não requer um capital inicial nem propriedades tão grandes quanto o da cana-de-açúcar, além de sua industrialização não se dar em tempos tão curtos quanto os da produção do açúcar.

O Sertão tem em sua história de ocupação um misto do Litoral e do Agreste. De um lado as longínquas propriedades, assim como no litoral, mas conquistadas através do estabelecimento de currais ao longo das margens de rios, num regime semelhante ao de ocupação temporária do Agreste, em propriedades que foram adentrando rios como o São Francisco, o Parnaíba e o Jaguaribe. Os senhores de engenho construíram grandes propriedades de terra através dessa ação e como o autor salienta

Construíram assim os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior que muitos reinos europeus pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e afluentes” (ANDRADE, 1963, p.180).

As grandes extensões de terra concentradas nas mãos de uma pequena aristocracia vão ser mais tarde um obstáculo ainda maior para que essas velhas estruturas herdadas da colonização sejam de fato dinamizadas e substituídas, sobretudo a partir da lenta e desigual transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado. Com o encarecimento e o posterior fim do comércio de escravos, os senhores de engenho passaram a se utilizar mais de uma mão-de-obra livre, não assalariada, mas a qual era permitida utilizar e cultivar terras dentro de sua propriedade. Essa mão-de-obra livre fragilizada e sem muito recurso fora sua força de trabalho, acabava por cair numa armadilha para garantir a sua sobrevivência, sendo obrigada a não só participar do processo que envolvia o cultivo, mas também fornecer da sua própria produção agrícola desenvolvida nas ínfimas terras cedidas ou arrendadas temporariamente, além de ter os senhores de engenho como os únicos fornecedores dos produtos que não eram produzidos dentro daquele território. Os moradores, sem condições e sem muitas possibilidades, viam-se vulnerabilizados e incapazes de sair daquela situação de caráter servil, uma vez que a realidade nos arredores seria provavelmente semelhante ou de maior hostilidade.

O grande elemento de união da obra “A Terra e o Homem no Nordeste” é, sem dúvida, a questão agrária. O autor principia pela constituição embrionária dos latifúndios, as porções de terras infinitas das sesmarias, a dualidade do algodão e seu incentivo à pequena propriedade, às lavouras de abastecimento local e às culturas adaptativas. Além de construir essas paisagens locais, dentro das já conhecidas subdivisões Litoral, Agreste e Sertão, o autor conecta esses

entrepósitos conforme a sua necessidade mutual para existência, relacionando essas realidades singulares em um mapa maior de interações intra regionais, como exemplifica com os corumbas, trabalhadores migratórios cujos fluxos são definidos pela necessidade maior de mão-de-obra em cada sistema produtivo nas diferentes periodicidades e ciclos agrícolas.

Andrade traz uma possibilidade de dialogar o produto do acúmulo dos tempos com a atualidade sem se prender a um determinismo histórico, mas procurando ver esse processo em constante movimento e mudança. Dessa forma, ele enxerga os elos motores e as possibilidades de mudanças dentro das estruturas denunciadas, servindo o conhecimento da história de colete para evitar a repetição dos mesmos erros passados. Como discorre Neto (2010),

Em lugar de apresentar uma descrição estática ou de congelar ou cristalizar a estrutura produtiva de cada unidade, o que se percebe na análise do autor é a ênfase na gênese e no desenvolvimento do processo produtivo e das relações existentes entre os que participam da atividade econômica. Essa forma de abordagem não somente reconstitui o passado mas deixa antever que a atual estrutura é passível de modificações e transformações (NETO, 2010, p.145).

Saquet (2010) destaca que a obra, ao tocar na concentração de terras na região, as relações de trabalhos e as formas de produção, se configura como “uma geografia crítica e de denúncia das condições de trabalho e vida no espaço agrário do Nordeste brasileiro” (SAQUET, 2010, p.). Manuel Correia é atento às diferentes configurações de produção em cada recorte da região Nordeste, minuciosamente pensando e repensando os efeitos das diversas atividades econômicas no decorrer dos séculos desde a invasão portuguesa. Mais do que uma visão panorâmica e descritiva, Andrade tem uma prática geográfica ativa e concreta, sem largar mão de conceitos e elementos mais próprios de produção intelectual.

Medeiros (2010), ao caracterizar a obra, afirma que “sua simplicidade transparece ao afirmar sua falta de rigidez em metodologia ao escrever um livro, pois no seu entender a metodologia é um meio, não um fim em si” (MEDEIROS, 2010), demonstrando esse caráter expansivo da obra, capaz de abranger e envolver diferentes públicos dada o seu dinamismo e proximidade com a realidade.

DIÁLOGOS E IMPACTOS NA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA

A obra de Manuel Correia de Andrade detém uma reflexão profunda quando aproxima fatores aparentemente contrastantes, como a compreensão do tempo e a produção espacial dos diferentes processos agrários, responsáveis por um desenvolvimento desigual e articulado em escala regional, condicionados por uma série de fatores naturais singulares e

atividades econômicas específicas a cada território. Mais que isso, é também um espelho teórico-metodológico no qual elementos da dialética, reflexões sobre os modos de vida, escala, região e heterogeneidade regional se fazem presentes para a construção de propostas práticas de desenvolvimento regional e econômico, em uma produção comprometida com sua aplicabilidade à realidade.

Correia (2010) comenta sobre essa eminente aplicabilidade das ideias de Manuel, a qual se destacou pois “chamou a atenção do mundo acadêmico e tomou conta das rodas políticas e dos programas partidários, pois a sua interpretação implicava a definição das estratégias de mudanças socioeconômicas do país” (CORREIA, 2010, p.83). Numa conjuntura política de desenvolvimento e modernização, Andrade defendia que “modernizar não é apenas transformar, como sinalizam alguns grupos que se beneficiaram e ainda se beneficiam da modernização, mas transformar para melhor e nisso o camponês deve ser não apenas objeto, mas também sujeito dessa modernização” (ANDRADE, 1995).

Existem três eixos centrais sobre os quais podemos refletir a partir da obra em destaque nesta pesquisa, importantíssimos para estudar as questões agrárias: São eles: região de contraste, propriedade da terra e formação do campesinato. Essas três ideias-chave vão aparecer a todo momento ao longo da argumentação do autor e dão a solidez e o direcionamento para entender como esse fio segue correndo. Através da diferenciação territorial e da ênfase nas diferentes relações de produção que se dão conforme a variação de interesses, potencialidades e dificuldades especialmente diversificado, Andrade demonstra a necessidade de vislumbrar, nessa região de contrastes, como a expansão do capitalismo produziu diferentes realidades espaciais interligadas conforme esses interesses flutuavam em diferentes produtos, espacialidades e temporalidades.

Barros (2014), refletindo quanto às relações de trabalho em “A Terra e Homem no Nordeste”, enfatiza como essas raízes tornam esses movimentos cíclicos, quando diz:

Isto resultou que em um obra que explicita que a própria estrutura agroexportadora com falta de desenvolvimento cultural que provia mão-de-obra mal qualificada era muito resistente as ações voltadas para a mudança e que estava constantemente se fortificando pelo seus próprios aspectos culturais” (BARROS, 2014).

A contribuição gigante de Manuel Correia de Andrade fica evidente na quantidade de menções feitas a sua obra, principalmente quando se fala do seu impacto no momento de lançamento quanto à forma de se compreender o mundo agrário no âmbito da geografia. Sua

obra surge num momento marcado pelo positivismo e uma neutralidade consagrada dentro da ciência, e é isso que impulsiona seu destaque. Campos (2011) fala sobre essa espécie de vanguarda que vai começar a trazer para dentro das reflexões acadêmicas as realidades sociais e diz que dentro da Geografia, “destaca-se Manuel Correia de Andrade, crítico que, em 1963, com o lançamento da obra *A Terra e o homem no Nordeste*, incorporou à Geografia a discussão sobre os movimentos de luta pela terra na região Nordeste brasileira” (CAMPOS, 2011).

O grande passo de Manuel em sua obra é, portanto, integrar as até então excluídas categoria de análise, no enxergar da problemática agrária, interligando o seu processo de construção histórico desde o início da colonização até seu momento, sem pretender ser apenas uma capitulação, mas lançando proposições para aquelas mazelas e problemáticas que foram escancaradas pela análise. Para aquela situação de desemprego, fome e miséria que o discurso político comum atribuía a condições climáticas, a reflexão de Manuel foi profunda, não apenas quanto às causas, mas ao que fazer em relação a suas consequências, para avançar rumo a outro caminho que não a perpetuação daquelas estruturas de exploração.

Neto (2010) discorre quanto à importância da obra e diz que

Trata-se de um painel que analisa, no tempo e no espaço, as formas de relação entre os homens no processo produtivo, levando em conta ademais os ciclos de produção que na história do Nordeste surgiram, se expandiram, desapareceram, transformaram-se, numa apresentação que capta um dinamismo com um nível de detalhe que não é comum na literatura sobre o tema (NETO, 2010, p. 149).

A obra de Manuel surge num momento em que o debate das questões regionais está começando a mudar de cara no Brasil e no mundo. O final da década de 1950 e início da década de 1960 foi um período marcado pela ascensão da visão positivista, em detrimento das clássicas leituras de região, mais empiristas, influenciadas principalmente pelas escolas alemãs e francesas — essa última, com predominância na Geografia brasileira até então.

Saquet (2011) ressalta a importância do pioneirismo de Manuel nas mudanças na Geografia Brasileira e caracteriza “*A Terra e o Homem no Nordeste*” como “uma fonte fundamental de análise para os estudos sobre a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo, antecedendo o processo de renovação da geografia brasileira desencadeado nos anos 1970” (SAQUET, 2011. p.). O livro detém uma reflexão profunda quando aproxima fatores aparentemente contrastantes, como a compreensão do tempo e a produção espacial dos diferentes processos agrários, trazendo um belo diálogo entre a historicidade e a geograficidade, como comenta Neto (2011): “A história, para Manuel Correia, retrata o processo dinâmico das

múltiplas relações do homem com o meio ambiente e dos homens entre si na produção (NETO, 2010, p.145)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trabalha uma obra tão extensamente visitada como a “Terra e o Homem no Nordeste”, é ingênuo tentar buscar o nunca visto, o inédito. O livro de Manuel requer na sua interpretação a mesma sensibilidade que o autor incutiu em suas palavras. Não é qualquer livro temático de cunho acadêmico que se encerra em seu ciclo de reflexão, mas uma obra propositalmente construída para envolver o leitor naquela realidade e estimular, através daquele envolvimento e do que foi apresentado, a construção de suas impressões. Portanto, o esforço deste artigo é de, mais uma vez, retomar a discussão em volta do debate, atentando para a pertinência da análise da obra de Manuel Correia de Andrade ainda hoje. Conhecer a história e os processos que influenciaram as mentalidades vigentes dentro da Geografia acadêmica nos ajuda a entender que barreiras podem existir entre essas apreensões e a realidade propriamente dita, os pontos cegos que tentamos encontrar e não conseguimos.

A questão agrária é um problema ainda não solucionado e, por isso, atual. Assume relevância no campo da política e da economia nacional, de forma que problemáticas como: a ocupação de terras, a concentração fundiária e a precarização do trabalho no campo, são realidades tão próximas que facilmente podem ser conectadas à realidade de qualquer indivíduo através de algo imediatamente próximo a ele. A mistificação das problemáticas e dos trabalhadores rurais e a demonização dos movimentos sociais agrários criaram cortinas aos olhos menos atentos, não permitindo a visualização de até onde estão as conexões entre o cotidiano e os processos relacionados ao espaço agrário brasileiro.

A compreensão da estrutura agrária, a medula óssea do estado nacional moderno, é indispensável para compreender a fundo a realidade atual não apenas do Brasil como um todo, mas também de suas diferentes manifestações em cada região, sem cair na superficialidade da questão quanto às realidades regionais específicas. O espaço agrário é indissociável da vida urbana, presente a todo momento na alimentação, vestuário, bens de consumo em geral, sem tratar dos costumes e das formas do âmbito da cultura política. Latifúndios improdutivos, uso excessivo de agrotóxicos, concentração de terras e desvalorização da produção familiar camponesa são evidências cujos efeitos não se limitam ao que se pensa como agrário, mas desencadeiam reações na sociedade como um todo.

“A Terra e O Homem no Nordeste” é, hoje, um texto fundamental na Geografia Agrária

brasileira, pois buscou entender a realidade através da propriedade privada de terras e as relações de trabalho no campo. Nesse caminho, vão se encaixando os fatores sociais, econômicos, políticos, naturais, e como eles influenciam e são influenciados por essa estrutura latifundiária agrícola exportadora, que não tem seu fim nas áreas rurais, mas estão concomitantemente interligada em complexas relações rural-urbano. A geografia de Manuel Correia de Andrade é comprometida com os territórios, com a transformação desses espaços a partir das potencialidades de seu povo e seu contexto, às luzes das amarras históricas que impedem esse processo. Em um momento do avanço mais rápido e avassalador do capitalismo que já vivenciamos, essa obra relembra outros momentos de transição desta máquina esmagadora e como, apesar da aparente impossível resistência a ela, teve seu impacto a resiliência e a força do povo em permanecer na luta pelo seu direito à vida e à reprodução do seu modo de vida.

“A Terra e O Homem no Nordeste”, apesar de ainda estar a caminho de completar seus 60 anos, é o estudo perfeito para o que se chama de clássico. Rompedora de barreiras no momento de seu lançamento, sua abordagem parece permanecer atual, visto que grande parte das problemáticas identificadas pelo autor continuam sem solução, como a concentração de terras, que por si só rebate em vários outros problemas, a falta de terras para cultivo da população camponesa, a segurança alimentar popular prejudicada pelos cultivos em larga escala orientados apenas sob a lógica de exportação, o subemprego derivado do grande poder de barganha que essas terras concedem aos seus proprietários e a vulnerabilidade do povo camponês frente à incapacidade de poder garantir sua alimentação e sobrevivência sem ter a sua força de trabalho completamente alienada. Ainda que a realidade do campo tenha se transformado em velocidade cada vez maior nos últimos anos, permanecem velhos problemas, heranças coloniais, que mudam de nome, endereço, slogan, se repaginam e se modernizam conforme a necessidade e as novas burocracias para as quais precisam obedecer para que possam permanecer em funcionamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra. A Política e O Espaço Agrário na obra de Manuel Correia de Andrade: Questão social, disputas territoriais e o Nordeste espaço sagrado. **Geographia Opportuno Tempore**. Londrina v. 3, n. 2, p. 59-72, 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da

questão agrária no Nordeste. 1 a ed. São Paulo: Brasiliense: 1963.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: IPESP/
Hucitec, 1995.

_____. GEOGRAFIA RURAL: questões teórico-metodológicas e
técnicas. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Maceió, v. 5, n. s.n., ed. 9,
p. 5-17, fev 2010. Disponível em:
<<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11992/6996>>. Acesso em: 13 jul.
2022.

ANDRADE, Thais de Lourdes Correia de. APÊNDICE 2: Produção científica de Manuel
Correia de Andrade representada pelos livros e opúsculos escritos, no período de 1952 a 2007.
In: ANDRADE, Thais de Lourdes Correia de. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade**:
Caminhos percorridos na Geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais.
Orientador: Rosa Ester Rossini. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em
Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 326. Disponível em:
<[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07062019-
122115/publico/2018_ThaisDeLourdesCorreiaDeAndrade_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07062019-122115/publico/2018_ThaisDeLourdesCorreiaDeAndrade_VCorr.pdf)>. Acesso em: 13 jul.
2022.

BARROS, R. A. A.; SOUZA, L. E. S. , Revisitando Manuel Correia de Andrade e a formação
econômica nordestina: a questão das atividades econômicas. **Revista de Economia Política e
História Econômica**, v.30, p. 173-187, 2013.

BOMBARDI, Larissa Mies. CONTRIBUIÇÃO À HISTORIOGRAFIA DA GEOGRAFIA
AGRÁRIA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **AGRÁRIA**, São Paulo, v. s.v., n. s.n,
ed. 8, p. 99-121, 2008. Disponível em:
<[https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/140/140/272#:~:text=No%20%C3%A2
mbito%20da%20geografia%20agr%C3%A1ria,uma%20leitura%20acerca%20da%20desigual](https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/140/140/272#:~:text=No%20%C3%A2mbito%20da%20geografia%20agr%C3%A1ria,uma%20leitura%20acerca%20da%20desigual)
>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CAMPOS, Janaína Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. O CONCEITO DE
PARADIGMA NA GEOGRAFIA:: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação
da geografia agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Maceió, v. 6, n.
11, p. 21-52, fev. 2011. Disponível em:
<<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12109>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CORREIA, Cícero Gomes. A questão agrária em Manuel Correia de Andrade. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 3, n. s.n., ed. Edição especial, p. 81-90, ago. 2010. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/264>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, 1º Semestre 2001. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/349>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: 2000.

MAIA, D. S. O pensamento de Manuel Correia de Andrade e a sua obra A Terra e o Homem no Nordeste. In: **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e cidadão**. Natal: UFRN, 1995. p. 182.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária brasileira. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 3, n. 1, ed. Edição Especial, p. 193-203, ago. 2010. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/291>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia, **Terra Brasilis (Nova Série): Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, [s. l.], v. 2, 2000. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/319>>. Acessado em: 14 de maio de 2022

NETO, Leonardo Guimarães. Repercussões iniciais de A terra e o homem no nordeste. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 3, n. 1, ed. Especial, p. 137-152, ago. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/293>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ROSOLEM, Nathalia Prado. Contexto histórico da institucionalização dos cursos de Geografia no Brasil no período de 1934 a 2014. In: ENANPEGE, XIII., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562510548_ARQUIVO_ROSOLEM_N.P.ARTIGO_ENANPEGE.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. CONTRIBUIÇÕES PARA O ENTENDIMENTO DA OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE: GEOGRAFIA, REGIÃO, ESPAÇO E TERRITÓRIO.

GEO UERJ, Rio de Janeiro, ano 12, v. 2, ed. 21, 2º semestre 2010. Disponível em:
<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1481>>. Acesso em: 9 jun.
2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E
TERRITORIALIDADE. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica, ed. Número
Especial EGAL, p. 1-16, II Semestre 2011. Disponível em:
<<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/3039/2907/>>. Acesso
em: 10 jun. 2022.

Artigo recebido em: 04 de fevereiro de 2024.

Artigo aceito em: 26 de junho de 2024.

Artigo publicado em: 22 de julho de 2024.